Crises mundiais: uma análise dos impactos das crises de 1929 e 2008 na economia e no sistema financeiro mundial.

Discente: Luan Victor Silvano de Miranda
Orientador: Prof. Bruno Nunes Guedes

Resumo

Este artigo analisa comparativamente a Crise de 1929 e a Crise do Subprime de 2008, enfatizando seus impactos econômicos e os avanços institucionais decorrentes desses episódios. Parte-se do pressuposto de que grandes crises são inerentes ao capitalismo e revelam fragilidades estruturais nos sistemas financeiro e produtivo, sobretudo quando associadas à expansão desregulada do crédito e à especulação.

O objetivo é examinar os desdobramentos históricos das duas crises com base em indicadores macroeconômicos como desemprego, produto interno bruto, produção industrial, comércio internacional, falências bancárias e instabilidade no crédito. A metodologia consiste em revisão bibliográfica qualitativa e descritiva, fundamentada em livros, artigos científicos e documentos acadêmicos especializados.

Os resultados mostram que a crise de 1929 causou colapso do mercado acionário, falências bancárias, retração produtiva, desemprego em massa e queda do comércio mundial, mas também promoveu avanços institucionais como o New Deal e a reorganização do sistema financeiro internacional. De forma semelhante, a crise de 2008 provocou recessão global, desemprego e instabilidade financeira, impulsionando maior regulação bancária por meio da Lei Dodd-Frank e das normas de Basileia III.

Conclui-se, à luz da teoria marxista das crises cíclicas, que esses eventos refletem contradições internas do capitalismo, embora reformas regulatórias e intervenções estatais contribuam para reduzir vulnerabilidades sistêmicas.

Palavras-chave: Crises econômicas mundiais, Sistema financeiro internacional, Crises cíclicas do capitalismo

Abstract

This article comparatively analyzes the Crisis of 1929 and the 2008 Subprime Crisis, emphasizing their economic impacts and the institutional advances that followed these events. It is based on the assumption that major crises are inherent to capitalism and expose structural weaknesses in financial and productive systems, especially when associated with unregulated credit expansion and financial speculation.

The objective is to examine the historical developments of both crises using macroeconomic indicators such as unemployment, gross domestic product, industrial production, international trade, bank failures, and credit instability. The methodology consists of a qualitative and descriptive literature review based on books, scientific articles, and specialized academic documents.

The results show that the 1929 crisis caused a stock market collapse, widespread bank failures, productive contraction, massive unemployment, and a decline in global trade, but also promoted

institutional advances such as the New Deal and the reorganization of the international financial system. Similarly, the 2008 crisis led to a global recession, rising unemployment, and financial instability, encouraging stronger banking regulation through the Dodd-Frank Act and Basel III standards.

In light of the Marxist theory of cyclical crises, these events reflect internal contradictions of capitalism, although regulatory reforms and state interventions helped reduce systemic vulnerabilities.

Keywords: Economic crises, Cyclical crises of global capitalism, International financial system

1. Introdução

As crises na economia mundial, fazem parte da dinâmica do capitalismo, tendo os Estados Unidos como seu elo central. O ano de 1929 foi marcado pela Grande Depressão, o famoso *crash* da bolsa, que de acordo com Moreira (2015) foi a maior crise na economia da história mundial, trazendo com elas, falências e desestruturação de países dependentes da economia americana, proporcionando também ajustes no sistema da bolsa de valores e ajustes no sistema de garantia.

Na Crise de 1929, a gravidade do colapso pode ser percebida por alguns indicadores centrais. O índice *Dow Jones Industrial Average* registrou queda de aproximadamente 89% entre 1929 e 1932, refletindo a dimensão do pânico nos mercados financeiros. Paralelamente, a produção industrial norte-americana foi reduzida drasticamente, enquanto o desemprego atingiu cerca de um quarto da população economicamente ativa. Em escala internacional, o comércio mundial sofreu forte retração, evidenciando que os impactos da crise ultrapassaram as fronteiras dos Estados Unidos e comprometeram a estabilidade econômica global.

Em 2008 não foi diferente: com o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos, a chamada Crise do Subprime revelou a fragilidade do sistema de títulos imobiliários e provocou intensa deterioração dos mercados financeiros. Esse processo resultou em perdas bilionárias e forte instabilidade no sistema bancário internacional. Até meados de outubro de 2008, os prejuízos oficialmente divulgados já somavam cerca de US$ 660 bilhões, valor que evidencia a dimensão das perdas e o grau de comprometimento das grandes instituições financeiras (Borça Junior; Torres Filho, 2008).

De acordo com Borça Junior e Torres Filho (2008), a bolha se agravou no segundo semestre de 2008 com a falência de bancos renomados do sistema financeiro norte-americano. O caso mais emblemático foi a quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, em setembro de 2008, cuja insolvência simbolizou o ápice da crise e consolidou sua transformação em um colapso financeiro sistêmico. A falência da instituição intensificou o pânico nos mercados, agravou a retração do crédito e afetou drasticamente tanto a economia dos Estados Unidos quanto a mundial (Fahri et al., 2009; Mello, 2018).

Ambas as crises impactaram de forma negativa a economia e o sistema financeiro, e motivaram avanços em decorrência delas, trazendo aprendizados importantes para o sistema financeiro internacional (SMI), ambas também tendo os Estados Unidos como epicentro das crises.

O estudo das crises econômicas é fundamental para compreender as fragilidades estruturais do sistema capitalista e os mecanismos utilizados para restaurar a estabilidade econômica. Entre os episódios mais marcantes da história contemporânea destacam-se a crise de 1929, conhecida como Grande Depressão, e a crise financeira de 2008, denominada Crise do Subprime. Ambas

provocaram profundas transformações no funcionamento dos mercados, nas políticas econômicas e na regulação do sistema financeiro internacional.

A relevância do tema está associada à necessidade de compreender como esses eventos afetaram a dinâmica econômica global e que aprendizados institucionais podem ser extraídos dessas experiências. A análise dessas crises permite não apenas identificar seus impactos negativos, como falências bancárias, retração da produção e desemprego em massa, mas também reconhecer avanços decorrentes desses períodos de instabilidade, como reformas estruturais no sistema financeiro, ampliação da regulação estatal e aperfeiçoamento dos instrumentos de política macroeconômica.

Nesse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: de que forma as crises de 1929 e 2008 afetaram o sistema financeiro e o mercado de trabalho, e em que medida esses episódios evidenciaram fragilidades estruturais do modelo econômico vigente? A formulação dessa problemática está diretamente relacionada à necessidade de compreender como choques econômicos de grande magnitude expõem vulnerabilidades sistêmicas e impulsionam mudanças institucionais.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar os impactos negativos e avanços decorrentes das crises de 1929 e 2008 por meio de revisão bibliográfica, apresentando também sua contextualização histórica de forma explicativa. Para alcançar esse objetivo, serão examinados os desdobramentos de ambas as crises, caracterizando-as a partir de variáveis econômicas como nível de desemprego, produção industrial, comportamento do mercado financeiro, comércio internacional, falências bancárias e instabilidade no crédito, além de destacar os impactos sociais e os avanços institucionais decorrentes desses episódios.

Justifica-se esta pesquisa pela importância de compreender que grandes crises econômicas não produzem apenas efeitos recessivos imediatos, mas também promovem transformações duradouras na organização dos mercados e na atuação do Estado. A análise comparativa desses eventos contribui para ampliar o entendimento sobre políticas de prevenção de riscos financeiros, regulação bancária e mecanismos de proteção econômica.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e descritiva, fundamentada na análise de livros, artigos científicos, dissertações e documentos acadêmicos que abordam as crises econômicas de 1929 e 2008. Esse tipo de abordagem permite reunir diferentes interpretações teóricas e evidências históricas, possibilitando uma compreensão ampla e sistematizada do tema.

Por fim, o artigo está estruturado em cinco partes: inicialmente, apresenta-se esta introdução; em seguida, a fundamentação teórica, que discute o contexto histórico e os principais desdobramentos das crises analisadas, além da Teoria das Crises Cíclicas; posteriormente, a metodologia empregada; na sequência, os resultados e discussões obtidos a partir da literatura consultada; e, por fim, as considerações finais, que sintetizam as principais análises e reflexões do estudo.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Contexto e Características da Crise de 1929

As crises econômicas vivenciadas ao longo da história deixam importantes lições que contribuem para evitar que erros semelhantes se repitam. Dessa forma, a análise e a compreensão

desses episódios tornam-se fundamentais para o aprendizado coletivo, reduzindo a chance de que novas recessões econômicas globais voltem a impactar negativamente a economia (Maciel; Miranda; Madureira; Prata, 2023)

Antes do colapso de 1929, os Estados Unidos já se destacavam como a principal economia mundial. Mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, o País apresentava indicadores que demonstravam sua superioridade econômica, situação que foi ainda mais fortalecida pelos desdobramentos do conflito, consolidando os EUA como uma potência econômica global (SILVA, 2019, s.p).

Impulsionada pelo crescimento acelerado no período pós-guerra, a década de 1920 caracterizou-se por um clima de otimismo e prosperidade econômica, conhecido como *Roaring Twenties* (ou Loucos Anos Vinte). Esse período ficou marcado pela expansão do consumo e pela consolidação do *American Way of Life*, modelo de vida baseado no consumo e na valorização do conforto material (SILVA, 2019, s.p).

De acordo com Silva (2019) O avanço econômico dos Estados Unidos fez com que o país fosse responsável por cerca de 42% da produção mundial de mercadorias. Além disso, tornou-se o maior credor internacional, concedendo grandes empréstimos às nações europeias que buscavam se reconstruir após a Primeira Guerra Mundial. No comércio internacional, os EUA também se destacavam como grandes importadores, adquirindo aproximadamente 40% das matérias-primas comercializadas pelas principais economias do mundo.

Esse cenário de prosperidade refletiu-se diretamente no comportamento da população, que passou a consumir de forma intensa bens como automóveis e eletrodomésticos. Esse padrão de consumo foi sustentado, em grande parte, pela ampla oferta de crédito, que se expandiu sem controle ou regulamentação do Estado, além de financiar diversos setores da economia (SILVA, 2019, s.p).

Diante desse contexto, o país vivenciava um período de pleno emprego e forte expansão industrial. Entre 1923 e 1929, a taxa média de desemprego manteve-se em torno de 4%, a produção de automóveis cresceu cerca de 33%, o número de indústrias aumentou aproximadamente 10% e o faturamento do comércio apresentou um crescimento expressivo, chegando a se multiplicar várias vezes (SILVA, 2019, s.p).

Em razão do forte crescimento econômico e do clima de otimismo generalizado, muitos indivíduos passaram a direcionar seus recursos para o mercado financeiro, intensificando a especulação monetária. Ao longo da década de 1920, os investimentos em ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque cresceram de forma expressiva (SILVA, 2019, s.p.).

Nesse contexto, a especulação financeira consistia na compra de ações com a expectativa de que seus preços continuassem subindo, possibilitando a revenda rápida com lucro. Esse movimento elevava artificialmente o valor dos papéis, já que havia muitos compradores, criando um cenário de aparente prosperidade econômica. No entanto, a manutenção desse cenário ilusório, aliada à superprodução industrial, acabou contribuindo para o colapso da economia dos Estados Unidos (SILVA, 2019, s.p.).

Em 1929, às vésperas da grande crise econômica, a estrutura do capitalismo norte-americano era marcada por forte concentração. Apenas duzentas empresas controlavam cerca de 50% do capital comercial e industrial, além de aproximadamente 20% da riqueza nacional, concentrada nas mãos de um número muito reduzido de indivíduos, o que evidenciava profundas desigualdades estruturais na economia dos Estados Unidos (Coggiola, 2015).

No setor industrial, a aplicação sistemática dos métodos Tayloristas e Fordistas resultou em um crescimento da produtividade estimado entre 25% e 30% ao longo da década. Em decorrência desse processo, o custo relativo da força de trabalho diminuiu, apesar do aumento dos salários reais, que cresceram, em média, 22% entre 1922 e 1929. A política de salários elevados adotada nos setores mais concentrados da indústria contribuiu para a ampliação do mercado consumidor, sendo defendida por Henry Ford, que alertava que a estabilidade de salários e lucros não representava equilíbrio econômico, mas sim um indício de tensões latentes no sistema (Coggiola, 2015).

Ao longo da década de 1920, disseminou-se amplamente a prática das vendas a crédito, que em 1929 já representava aproximadamente 15% do comércio varejista. Esse mecanismo tornou-se fundamental para sustentar o consumo de bens duráveis, alcançando cerca de 50% dos eletrodomésticos, 60% dos automóveis e 70% dos aparelhos de rádio vendidos naquele ano, o que mascarava as limitações reais da capacidade de consumo da população (Coggiola, 2015).

A publicidade e a propaganda deixaram de ser atividades auxiliares e passaram a constituir setores autônomos das empresas, consumindo, em 1929, aproximadamente 2% da renda nacional. O consumo tornou-se cada vez mais padronizado, com a uniformização dos gostos e das necessidades, enquanto novas demandas eram artificialmente criadas, como o estímulo ao uso do automóvel individual e a difusão de cosméticos. Paralelamente, a pesquisa científica expandiu-se de forma acelerada, acompanhando o crescimento da produção industrial, e mais de mil empresas já possuíam laboratórios próprios. O Taylorismo passou a ser ensinado sistematicamente nas escolas de negócios, consolidando um modelo de organização produtiva que se tornaria hegemônico no período posterior à Segunda Guerra Mundial (Coggiola, 2015).

A política econômica adotada pelo Estado norte-americano favorecia explicitamente a concentração do capital, apesar da existência formal de uma legislação antitruste, cuja aplicação era limitada. Os impostos incidentes sobre o capital foram progressivamente reduzidos, enquanto a *Federal Trade Commission*, criada com o objetivo de combater práticas cartelizadas, perdeu relevância e capacidade de intervenção, permitindo o fortalecimento dos grandes conglomerados econômicos (Coggiola, 2015).

Na década de 1920, os Estados Unidos também se consolidaram como principal credor internacional, subscrevendo mais de 5 bilhões de dólares em títulos estrangeiros. Simultaneamente, o país acumulava cerca de 3 bilhões de dólares em investimentos diretos no exterior, sendo 602 milhões aplicados apenas em 1929. Grandes empresas norte-americanas estabeleceram filiais no exterior e criaram sociedades que operavam exclusivamente fora do território nacional, além de participarem do capital de empresas estrangeiras. Em 1925, os investimentos norte-americanos somavam cerca de 400 milhões de dólares na França, 400 milhões na Itália, 300 milhões na Suécia, 250 milhões na Bélgica, 200 milhões na Noruega, 280 milhões na Dinamarca e 170 milhões na Polônia. Nesse mesmo ano, os Estados Unidos substituíram a Inglaterra como principal centro financeiro internacional, concentrando mais da metade das reservas mundiais de ouro (Coggiola, 2015).

Segundo a análise de Trotsky, retomada por Coggiola, tanto a inflação quanto o excesso de ouro representavam ameaças à estabilidade econômica, pois o sistema podia entrar em colapso tanto pela escassez quanto pela abundância. O acúmulo excessivo de ouro reduzia os dividendos e os lucros do capital, tornando a expansão produtiva irracional. Produzir e exportar apenas para acumular reservas metálicas equivalia ao desperdício de mercadorias, o que levou os Estados Unidos a direcionarem volumes crescentes de capital excedente para a América Latina, Europa,

Ásia, Austrália e África, integrando essas economias à dinâmica do capitalismo norte-americano (Coggiola, 2015).

Apesar dessas contradições, a década caracterizou-se por forte expansão econômica. A produção de carvão aumentou 20%, a de petróleo cresceu 80% e a geração de eletricidade duplicou. O índice da produção industrial subiu de 58, em 1921, para 99, em 1928. A renda nacional passou de 59,5 bilhões de dólares para mais de 87 bilhões no mesmo período. Alguns setores registraram crescimento extraordinário, como a indústria automobilística, que alcançou produção anual de 5,3 milhões de veículos. Dos 35 milhões de automóveis existentes no mundo, 26 milhões estavam nos Estados Unidos. Esse setor empregava mais de 7% dos trabalhadores assalariados, pagava cerca de 9% da massa salarial e respondia por quase 13% do valor agregado industrial. Outros setores também se expandiram de forma acelerada, como o de material elétrico, a construção civil, a indústria química, a de borracha e a siderurgia (Coggiola, 2015).

A concentração econômica intensificou-se rapidamente. Em 1919 ocorreram 89 fusões empresariais, número que chegou a 221 em 1928. Em 1926, a *US Steel* já controlava 30% da produção de aço. No setor automobilístico, o número de fabricantes caiu de 181, em 1903, para apenas 44 em 1926, sendo que Ford, *General Motors* e Chrysler concentravam 83% da produção. A distribuição de renda acompanhou esse processo: 1% da população detinha 14,5% da renda nacional, enquanto 5% concentravam 26%. Entre 1923 e 1929, o PIB cresceu 23%, enquanto o rendimento do capital aumentou 62%, evidenciando o aprofundamento das desigualdades sociais (Coggiola, 2015).

A partir de 1925, apesar da euforia dominante, a economia norte-americana passou a apresentar problemas significativos. A produção industrial e agrícola crescia rapidamente, mas os salários permaneciam defasados. A mecanização intensificou o desemprego, enquanto a recuperação das economias europeias reduziu a demanda externa pelos produtos norte-americanos. A insuficiência de consumidores internos e externos levou ao acúmulo de grandes estoques de mercadorias, configurando uma crise de superprodução (Coggiola, 2015).

Os primeiros sinais da crise surgiram no início de 1929, com uma leve queda da Bolsa de Nova York. A produção industrial começou a recuar a partir de julho, e em setembro ocorreu a queda da Bolsa de Londres. Em agosto, a taxa de juros foi elevada de 5% para 6% na tentativa de conter a expansão do crédito, medida que se revelou tardia. O colapso ocorreu em 24 de outubro de 1929, quando os preços das ações despencaram cerca de 50% em um único dia. Nos dias seguintes, novas quedas culminaram na chamada “Quinta-Feira Negra”, com aproximadamente 16,4 milhões de ações colocadas à venda e perdas de até 80% em seus valores (Coggiola, 2015).

Nos anos seguintes, os preços das ações continuaram a cair. Investidores perderam grandes somas, o consumo foi drasticamente reduzido e a retração das vendas aprofundou a recessão nos setores industrial e comercial. O fechamento de empresas elevou significativamente o desemprego, e a recuperação dos valores acionários não conseguiu atingir os níveis anteriores à crise ao longo da década de 1930 (Coggiola, 2015).

A crise de *Wall Street* espalhou-se rapidamente pelo mundo. Entre 1929 e 1932, o índice *Dow Jones* caiu 89%, atingindo seu ponto mais baixo em julho de 1932. Nos Estados Unidos, a produção caiu para um terço, e o desemprego alcançou entre um quarto e um terço da força de trabalho. A crise assumiu caráter global, afetando profundamente o sistema financeiro internacional, marcado por calotes, controles de capital e desvalorizações monetárias (Coggiola, 2015).

Em 17 de maio de 1930, o governo dos Estados Unidos aprovou o Ato Tarifário *Smoot-Hawley*, elevando tarifas sobre cerca de 20 mil produtos estrangeiros. A medida provocou reações semelhantes em outros países, resultando em uma guerra comercial e em forte retração do comércio mundial. Entre 1931 e 1932, diversos países abandonaram o padrão-ouro, enquanto outros adotaram políticas deflacionárias que aprofundaram a depressão econômica (Coggiola, 2015).

Em 1932, a produção mundial havia caído 33% em valor, o comércio internacional recuara 60% e o número de desempregados atingia cerca de 30 milhões. A crise de 1929, embora cíclica, apresentou características inéditas, desestruturando profundamente o sistema de crédito internacional e culminando, em 1933, em uma ameaça de colapso geral, no contexto da ascensão de Franklin Delano Roosevelt à presidência dos Estados Unidos (Coggiola, 2015).

De acordo com Guerra (2011) Roosevelt foi o criador da *New Deal*, a lei que daria o poder ao estado, de intervenção no mercado, a qual era inédita para a época, em que o poder era coordenado pelas instituições privadas.

A Crise de 1929, amplamente conhecida como a Grande Depressão, configurou-se como um dos episódios mais profundos e prolongados de instabilidade econômica da história contemporânea, estendendo seus efeitos até a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Trata-se do mais severo e duradouro período recessivo enfrentado ao longo do século XX. Suas repercussões foram amplas e profundas, manifestando-se no aumento expressivo do desemprego, na retração acentuada da produção industrial em diversos países e nas quedas significativas dos produtos internos brutos, dos preços das ações e de outros indicadores econômicos fundamentais. A crise não se restringiu a um único país, mas assumiu caráter global, transformando de forma decisiva as estruturas econômicas, sociais e políticas do período e marcando o encerramento de um ciclo histórico de crescimento baseado na expansão desregulada do capitalismo industrial e financeiro (Silveira, 2017).

2.2. Contexto e Características da Crise do Subprime de 2008

A Crise do Subprime ganhou grande relevância no contexto econômico mundial a partir de 2007, quando sucessivas divulgações de perdas associadas ao crédito imobiliário de alto risco nos Estados Unidos passaram a comprometer a estabilidade do sistema financeiro internacional. Mais do que o volume absoluto dos prejuízos, o aspecto central da crise foi a elevada concentração dessas perdas em grandes instituições financeiras, o que ampliou o risco sistêmico e colocou em cheque a solidez de bancos e fundos de investimento de importância global (Borça Junior; Torres Filho, 2008).

Para compreender a dimensão do colapso financeiro, é fundamental identificar os mecanismos que explicam a transformação de uma crise de crédito relativamente localizada em uma crise sistêmica de grandes proporções. Em episódios tradicionais, os riscos associados aos empréstimos tendem a ser mais transparentes e relativamente bem distribuídos entre os agentes econômicos. No entanto, no contexto da Crise do Subprime, a crescente utilização de instrumentos financeiros complexos como a securitização de hipotecas, os *Collateralized Debt Obligations* (CDOs) e os *Credit Default Swaps* (CDS) ampliaram significativamente o potencial de perdas, ao mesmo tempo em que dificultaram sua mensuração e dispersaram os riscos globalmente (Fahri et al., 2009; Borça Junior; Torres Filho, 2008).

Nesse sentido, Mello (2018) destaca que as inovações financeiras desempenharam papel central na gênese da crise ao promoverem a dissociação entre a concessão do crédito e a retenção

do risco. Esse processo reduziu os incentivos à avaliação criteriosa da solvência dos tomadores de empréstimos e favoreceu a expansão do crédito imobiliário subprime. Tal dinâmica contribuiu para a formação de uma bolha no mercado habitacional norte-americano, conforme também analisado por Borça Junior e Torres Filho (2008).

A deterioração do setor imobiliário constituiu um dos principais fatores de agravamento da crise. Após atingir um pico em 2005, o mercado de imóveis residenciais nos Estados Unidos passou a apresentar retração contínua, acompanhada pela queda dos preços dos ativos imobiliários. Esse movimento dificultou a renegociação das hipotecas subprime e elevou os índices de inadimplência e de execuções hipotecárias. Como ressaltam Borça Junior e Torres Filho (2008), a desvalorização dos imóveis reduziu o valor das garantias, ampliando as perdas potenciais associadas aos títulos lastreados em ativos imobiliários.

A crescente incerteza quanto à real situação patrimonial das instituições financeiras resultou em uma crise de confiança generalizada, refletida no travamento dos mercados interbancários e na elevação expressiva dos spreads de crédito. Mesmo diante das intervenções das autoridades monetárias, que flexibilizaram critérios regulatórios e ampliaram a aceitação de ativos como garantia, o fluxo normal de liquidez demorou a ser restabelecido, evidenciando a profundidade da crise financeira (Fahri et al., 2009; Borça Junior; Torres Filho, 2008).

As operações fora de balanço e os veículos de investimento estruturados (SIVs) desempenharam papel relevante na amplificação da instabilidade financeira. Inicialmente percebidos como instrumentos capazes de dispersar riscos, esses mecanismos passaram a representar importantes focos de fragilidade quando os investidores deixaram de renovar aplicações em títulos lastreados em ativos imobiliários. Como consequência, grandes bancos foram obrigados a absorver perdas significativas, transferindo para seus balanços riscos anteriormente ocultos, o que elevou os níveis de alavancagem e agravou a crise de confiança no sistema financeiro (Borça Junior; Torres Filho, 2008; Mello, 2018).

A Crise do Subprime rapidamente ultrapassou as fronteiras dos Estados Unidos, assumindo caráter global. Evidências empíricas indicam que a volatilidade financeira associada à crise afetou também economias emergentes, inclusive o Brasil, por meio de canais de contágio financeiro e comercial. Estudos apontam que, embora o sistema financeiro brasileiro apresentasse maior solidez relativa, o país não permaneceu imune aos efeitos da crise internacional, especialmente no que se refere à volatilidade dos mercados de capitais (Maciel; Silveira, 2018).

Até meados de outubro de 2008, os prejuízos oficialmente divulgados em decorrência da Crise do Subprime somavam aproximadamente US$ 660 bilhões, fortemente concentrados em um conjunto restrito de grandes instituições financeiras internacionais. Apesar das injeções de capital realizadas por investidores institucionais e fundos soberanos, as expectativas indicavam que as perdas continuariam a crescer, refletindo a gravidade e a complexidade do colapso financeiro em curso (Borça Junior; Torres Filho, 2008).

O agravamento definitivo da crise ficou simbolicamente marcado pela falência do Lehman Brothers, em setembro de 2008. Esse episódio consolidou a percepção de que a Crise do Subprime havia se transformado em uma crise financeira sistêmica, com impactos profundos e duradouros sobre a economia global, evidenciando os limites da autorregulação dos mercados financeiros e a necessidade de maior supervisão e coordenação institucional (Fahri et al., 2009; Mello, 2018).

2.3 Teoria das Crises Cíclicas

A interpretação das grandes crises econômicas pode ser aprofundada a partir da Teoria das Crises Cíclicas formulada por Karl Marx, que compreende tais eventos como manifestações inerentes às contradições estruturais do capitalismo. De acordo com Santos (2022) a dinâmica de acumulação capitalista é marcada pela expansão contínua da produção impulsionada pela busca do lucro. Contudo, essa expansão não é acompanhada por um crescimento proporcional da capacidade de consumo da sociedade, sobretudo em razão da concentração de renda e da compressão salarial. Esse descompasso provoca crises de superprodução, nas quais há excesso de mercadorias e capitais que não encontram realização no mercado, gerando quedas de preços, retração dos lucros, falências e elevação do desemprego. Assim, as crises configuram momentos de interrupção do ciclo de expansão econômica, revelando os limites internos do próprio sistema capitalista.

De acordo com Junior (2019), Lenin citava que as crises econômicas podem ser entendidas como resultado das próprias contradições do sistema capitalista. De um lado, a produção é cada vez mais interligada e dependente entre os diversos setores da economia, exigindo certo equilíbrio e proporcionalidade para que o sistema funcione de forma estável. Por outro, a apropriação dos lucros permanece concentrada de forma privada, fazendo com que empresários e instituições tomem decisões individuais voltadas principalmente ao aumento de ganhos, sem considerar os limites estruturais do conjunto da economia. Esse descompasso tende a gerar desequilíbrios entre oferta e demanda, expansão excessiva do crédito e processos especulativos, que acabam desencadeando períodos de instabilidade. Dinâmicas como essas ajudam a compreender tanto a Grande Depressão de 1929 quanto a Crise Financeira Global de 2008, nas quais o crescimento desordenado da produção e a especulação financeira, aliados à busca individual por lucros, contribuíram para o colapso de mercados e para a propagação internacional das crises (Junior, 2019).

Além da perspectiva tradicional sobre a superprodução, autores contemporâneos também destacam que as crises econômicas recorrentes no capitalismo moderno não podem ser interpretadas como meros desvios temporários do equilíbrio, mas sim como expressões sistêmicas de tensões estruturais acumuladas no funcionamento do sistema econômico. Conforme analisado por Streeck (2012), as sucessivas crises observadas nas sociedades capitalistas desde a década de 1970, incluindo a crise de 2008, resultam de contradições internas contínuas entre o mercado capitalista e as instituições políticas e econômicas, que tornam a instabilidade e o desequilíbrio regra, e não exceção, no capitalismo contemporâneo. Essa visão enfatiza que as crises cíclicas refletem processos históricos e estruturais que estão diretamente ligados à dinâmica de acumulação e às relações de poder dentro do sistema, contribuindo para uma compreensão mais profunda dos episódios de crise econômica ao longo do tempo.

No sistema capitalista, as crises econômicas assumem uma configuração diferente daquela observada nos períodos anteriores ao capitalismo. Enquanto nas formações econômicas pré-capitalistas as crises estavam, em geral, associadas à escassez de bens e à limitação produtiva, no capitalismo elas decorrem de um fenômeno paradoxal: a superprodução. Trata-se, portanto, de crises de excesso de capital e de mercadorias e não de insuficiência de recursos (Silva, 2013).

De acordo com Silva (2013) da formulação teórica de Karl Marx, compreende-se que o próprio funcionamento do modo de produção capitalista gera contradições internas. A busca incessante pela ampliação do lucro impulsiona o aumento contínuo da produção, mas essa expansão nem sempre encontra correspondência na capacidade de consumo da sociedade. Assim, a crise não emerge da "falta", mas do "acúmulo", revelando um descompasso entre produção e consumo.

3. Metodologia de pesquisa

A metodologia da pesquisa foi organizada em cinco etapas complementares e interdependentes. Inicialmente, definiu-se a caracterização do estudo como uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e descritiva, voltada à análise da produção científica sobre as crises econômicas de 1929 e 2008. Essa etapa envolveu a delimitação do tema, a definição dos objetivos da investigação e a escolha da abordagem teórica mais adequada para interpretar o fenômeno estudado. A natureza qualitativa permitiu priorizar a compreensão aprofundada das interpretações presentes na literatura, enquanto o caráter descritivo possibilitou sistematizar as informações de modo organizado, evidenciando os principais aspectos discutidos pelos autores (Oliveira; Canuto, 2020)

Em seguida, os procedimentos metodológicos indicaram que a investigação se fundamentou na análise de documentos científicos, como teses, livros e artigos, sem a realização de pesquisa empírica direta. Nessa fase, foram estabelecidas estratégias de busca e seleção do material, priorizando produções acadêmicas com relevância científica e aderência ao tema proposto. A consulta às obras permitiu reunir diferentes interpretações teóricas e análises históricas, possibilitando a construção de um referencial consistente sobre as crises econômicas em estudo.

A terceira etapa descreveu as bases de dados utilizadas, destacando plataformas acadêmicas reconhecidas e o uso de dados secundários com recorte temporal de informações extraídas de artigos publicados em periódicos da área de economia nos últimos vinte anos. Essa fase foi importante para garantir a confiabilidade das fontes e a atualidade das discussões, permitindo identificar como o debate científico evoluiu ao longo do tempo. O recorte temporal contribuiu para delimitar o universo da pesquisa e assegurar maior foco analítico.

Posteriormente, foram apresentados os critérios de inclusão e exclusão, que delimitaram a seleção de estudos conforme pertinência temática, idioma, período de publicação e rigor acadêmico. Essa etapa assegurou maior objetividade na triagem do material, evitando a utilização de trabalhos que não contribuíssem diretamente para os objetivos da pesquisa. A aplicação desses critérios permitiu compor um conjunto de obras coerente com a proposta investigativa e teoricamente consistente.

Por fim, a metodologia explicou que a análise do material ocorreu por meio de leitura exploratória e interpretativa, com organização temática dos resultados, permitindo uma discussão crítica, sistemática e integrada dos achados. Nessa etapa, buscou-se identificar conceitos centrais, abordagens teóricas predominantes e relações entre diferentes interpretações, favorecendo a construção de uma síntese analítica clara e estruturada acerca das crises econômicas investigadas

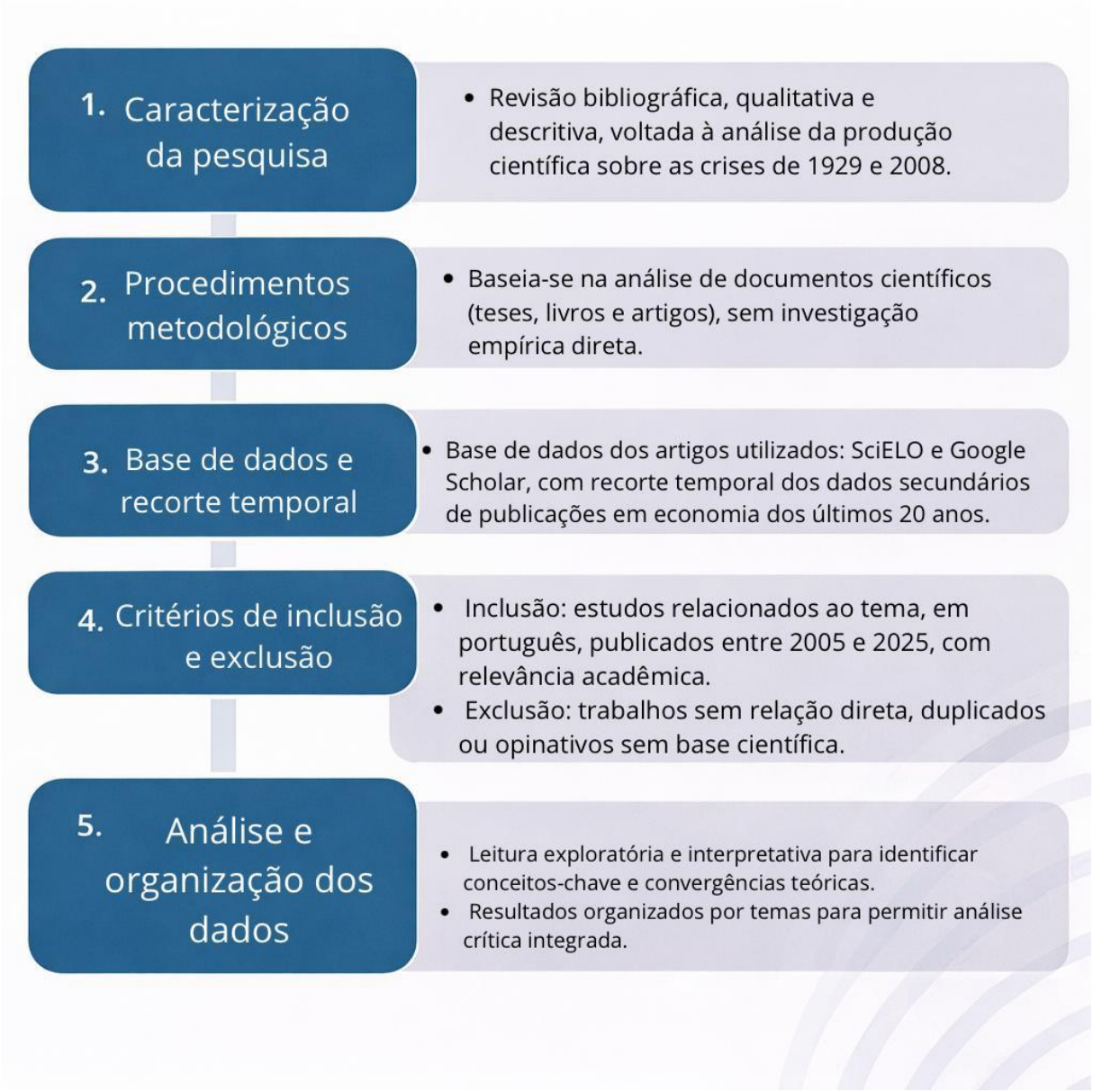

Figura 1: Metodologia utilizada, Fonte: Elaboração própria.

4. Resultados

4.1. Impactos da Crise de 1929

De acordo com Barreiros (2007), antes de 1929, a economia dos Estados Unidos apresentava níveis relativamente baixos de desemprego, associados ao crescimento industrial e ao consumo a crédito nos anos 1920, Com o aprofundamento da crise, a taxa de desemprego, alcançou cerca de 27% em 1933, chegando aproximadamente em 13 milhões de pessoas, afetando a massa salarial, que em 1929 começou com o índice em 100,5, e em 1933, com um declínio para 44,0, muito também pela falência de 5 mil bancos americanos, dos 24 mil existentes. O desemprego atingiu também outros países, com 30% na Alemanha e 15,6% na Inglaterra (Mazzucchelli, 2008).

Em relação ao PIB, os Estados Unidos do começo dos anos 20 até 1929, vinha em uma crescente consistente para economia, com uma evolução entre 1926 e 1929, de aproximadamente 13% de elevação do PIB, no entanto, após a crise em 1929, o PIB chegou a cair 30,88% até 1933,

um decrescimento histórico (Barreiros, 2007). Os Estados Unidos não foram os únicos afetados e prejudicados na crise, a América Latina apresentou queda no PIB de cerca de 15%, a Europa cerca de 9%, contudo, em geral, o PIB mundial caiu cerca de 17%, de 1929 a 1933 (Ciocca, 2009).

Já em relação à inflação, o que aconteceu entre 1929-1933 foi uma deflação, resultado de uma queda expressiva na demanda agregada global, levando a uma queda de preços que, somente no quadriênio citado, foi de cerca de 40%, em relação aos preços no atacado mundial, e de cerca de 25% nos preços ao consumidor dos países com indústria ativa (Ciocca, 2009).

Com as grandes distorções das variáveis macroeconômicas, o mercado internacional também sofria, tendo em vista a queda no mercado de exportações, passando de 5,2 bilhões dólares, para 1,2 bilhões de dólares, quase 70% de redução. As importações seguiram o mesmo rumo, caindo de 4,4 bilhões de dólares, para 1,3 bilhões de dólares, levando também a uma redução produtividade, de 83% para 42%. (Costa, 2011).

4.2. Avanços decorrentes da crise de 1929

Um avanço relevante decorrente da Grande Depressão foi a criação da Lei do *New Deal*, que proporcionou bilhões de dólares em investimentos em obras públicas, reduzindo as ações de produção industrial, e proporcionando investimento e emprego para o povo (Barreiros, 2007). O *New Deal* de fato representou um recomeço para a economia americana, a partir de 1934 o PIB começou a subir, tendo um aumento de 7,73%, com a implementação do *New Deal*, a empregabilidade aumentou, e com método de aumento inflacionário, Roosevelt conseguiu estimular o investimento privado (Barreiros, 2007).

Em 1944, em resposta à crise de 1929, aconteceu o famoso acordo de *Bretton Woods*, em que se decidiu que um país ficaria responsável pela liquidez internacional, assegurando confiança com uma taxa pequena na inflação interna, assumindo o risco do sistema, como emprestador internacional para ocasiões críticas. Os EUA foram o país escolhido e ficaram responsáveis por isso. Como resposta, foram criados o Banco Mundial (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), para promover políticas de liquidez e apoiar países a se reestruturarem quando necessário (Dathein, 2005).

4.3.Impactos da Crise de 2008

A Crise de 2008 teve vários pontos negativos, o primeiro deles foi a queda do PIB dos países do G7, EUA, França e Canadá tiveram uma queda de 2,5%, Itália 5,1%, Japão 5,2% e Reino unido 5% (Thomé; Rossini, 2018). Já o desemprego, foi outro efeito colateral da crise. A taxa de desemprego dos Estados Unidos foi de 4,6% para 9% em 2009 (Thomé; Rossini, 2018). O que realmente é um efeito colateral para o desemprego, é a redução de renda, de lucros, queda do poder de compra da sociedade, um efeito dominó que traz como consequências, menos consumo, mais desemprego, queda na renda das famílias, queda na produção, falência de empresas e queda de arrecadação fiscal do governo (Rippel; Rippel, 2008).

Em meio à crise, o índice de execuções imobiliárias subprime chegou a 11,8%, aproximadamente 3,8 milhões de pessoas perderam suas casas. Os principais causadores dessa crise, os bancos, tiveram um prejuízo total da ordem de 600 bilhões de dólares, mais por conta da desvalorização imobiliária e alto índice de inadimplência, que chegou a 19% em 2008.

4.4. Avanços Decorrentes da Crise de 2008

A Lei Dodd-Frank foi criada nos Estados Unidos após a crise financeira de 2008 com o objetivo principal de aumentar a transparência, fortalecer a fiscalização do sistema financeiro e reduzir os riscos de novas crises econômicas. A legislação estabeleceu mecanismos para controlar o risco sistêmico, criando órgãos responsáveis por identificar desequilíbrios em instituições financeiras antes que afetassem toda a economia. Também ampliou o papel do *Federal Reserve*, que passou a monitorar a estabilidade financeira e exercer maior controle sobre grandes instituições. Além disso, a lei determinou que empresas financeiras elaborassem planos de encerramento organizado em caso de falência, evitando pânico e impactos generalizados no mercado (Herbst; Alves, 2016).

De acordo com Herbst e Alves (2016) Outro ponto importante da lei foi a proteção dos consumidores e o combate às práticas abusivas no setor financeiro. Para isso, foi criado um órgão específico de proteção financeira ao consumidor, chamado de *Consumer Financial Protection Bureau* (CFPB), responsável por oferecer informações sobre crédito e hipotecas e receber reclamações da população. A legislação também incentivou denúncias de irregularidades no mercado financeiro, oferecendo recompensas para quem reportasse violações, e reforçou a fiscalização sobre agências de classificação de risco, que passaram a ser responsabilizadas por avaliações inadequadas ou fraudulentas. Além disso, foram estabelecidas regras para limitar remunerações excessivas de executivos quando estas representassem riscos à estabilidade das instituições.

A lei também buscou reduzir a especulação e aumentar a segurança nas operações financeiras. Entre suas medidas, destacou-se a chamada Regra de *Volcker*, que restringiu operações especulativas dos bancos com recursos próprios, e a ampliação da transparência no mercado de derivativos. A legislação ainda fortaleceu a atuação de órgãos reguladores como a *Securities and Exchange Commission*, responsável por supervisionar o mercado de capitais e aplicar penalidades em casos de fraude. De forma geral, a Lei *Dodd-Frank* tornou a regulação financeira mais rigorosa, ampliou a supervisão estatal sobre o sistema bancário e buscou prevenir crises futuras por meio de maior controle, transparência e responsabilidade das instituições financeiras (Herbst; Alves, 2016).

Outro avanço importante decorrente da Crise de 2008, foi a Basileia III, criada em novembro de 2010 pelo Comitê de Basileia para Supervisão Bancária, para aprimorar a Basileia II (Nascimento, 2023). De acordo com Leite e Reis (2013) o Comitê de Basileia para Supervisão Bancária propôs o acordo Basileia III com o objetivo de fortalecer a estabilidade do sistema bancário após a crise financeira, aumentando a capacidade das instituições de enfrentar perdas e reduzir riscos sistêmicos.

O acordo elevou os requisitos mínimos de capital dos bancos (de 2% para 4,5%), melhorou a qualidade desses recursos e criou mecanismos adicionais de proteção, como o colchão de conservação e o colchão anticíclico de capital (ambos de 2,5%). Também buscou reduzir a alocação ineficiente de recursos em períodos de expansão excessiva do crédito e garantir um período de transição para adaptação às novas exigências.

Além disso, o acordo ampliou o controle sobre diferentes riscos financeiros, incluindo atividades de *trading*, securitizações, derivativos e exposições fora do balanço. Foram introduzidas exigências de taxa de alavancagem e níveis mínimos de liquidez para curto e longo prazos, além do reforço da supervisão e transparência no setor bancário. O acordo também incentivou práticas como testes de estresse, melhor gestão da liquidez, governança corporativa e

avaliação mais rigorosa de ativos, buscando um sistema financeiro mais sólido, transparente e orientado para a estabilidade econômica de longo prazo (Leite; Reis, 2013).

A intervenção do Estado foi também uma ótima resposta nos pós crise, quando o Estado comprou cerca de 700 bilhões em títulos podres (*junk bonds*) subprime aos bancos, para poder promover liquidez e assegurar renda e emprego (Rippel; Rippel, 2008).

5. Considerações Finais

A análise comparativa da Crise de 1929 e da Crise do Subprime de 2008 evidencia que, embora separadas por contextos históricos distintos, ambas expressam contradições estruturais do modo de produção capitalista, especialmente quando associadas à expansão desregulada do crédito, à especulação financeira e à fragilidade dos mecanismos de supervisão. Em ambos os episódios, os Estados Unidos atuaram como epicentro da crise, e seus efeitos se propagaram rapidamente pelo sistema financeiro internacional, afetando o PIB, o emprego, o comércio mundial e a estabilidade macroeconômica global.

À luz da Teoria das Crises Cíclicas de Karl Marx, esses eventos podem ser compreendidos como manifestações das contradições internas do capitalismo. Para Marx, as crises não são fenômenos acidentais, mas inerentes à dinâmica do sistema, resultantes da tendência à superprodução, da queda da taxa de lucro, da concentração de capital e da insuficiência relativa da demanda diante da expansão produtiva (Santos, 2022). No caso de 1929, a combinação entre elevada produtividade, concentração de renda e expansão do crédito mascarou temporariamente os limites do consumo, culminando em uma crise clássica de superprodução. Já em 2008, a financeirização intensificou essas contradições, deslocando o foco da superprodução de mercadorias para a superacumulação de ativos financeiros, ampliando o descompasso entre economia real e capital fictício.

A Grande Depressão gerou impactos devastadores: colapso do mercado acionário, falência bancária em larga escala, desemprego em massa e retração histórica do comércio internacional. Contudo, também impulsionou transformações estruturais importantes, como o *New Deal*, implementado por Franklin Roosevelt, que ampliou a intervenção estatal e redefiniu o papel do Estado na economia. Posteriormente, o Acordo de *Bretton Woods* reorganizou a arquitetura financeira internacional, culminando na criação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, estabelecendo novos mecanismos de estabilidade monetária e cooperação internacional.

De forma semelhante, a crise de 2008 revelou as fragilidades da autorregulação financeira e os riscos sistêmicos decorrentes da inovação financeira sem supervisão adequada. A falência do *Lehman Brothers* simbolizou o ápice da crise, desencadeando forte retração econômica global. Como resposta, foram implementadas reformas regulatórias relevantes, como a *Dodd-Frank Act* e o acordo Basileia III, que reforçaram exigências de capital, liquidez e controle do risco sistêmico, além de ampliarem a supervisão estatal sobre o sistema bancário.

Assim, sob a perspectiva marxista, ambas as crises confirmam o caráter cíclico do capitalismo, no qual períodos de expansão e euforia são seguidos por momentos de contração e ajuste. Entretanto, também demonstram que as respostas institucionais e políticas podem atenuar os impactos sociais e reconfigurar as bases de funcionamento do sistema. Conclui-se, portanto, que, embora as crises sejam inerentes à lógica capitalista, os aprendizados institucionais decorrentes desses episódios reforçam a importância da regulação, da coordenação macroeconômica e da atuação do Estado como instrumentos fundamentais para reduzir a vulnerabilidade sistêmica e promover maior estabilidade econômica de longo prazo.

6. Referências

BARREIROS, Daniel de Pinho. *Crise econômica e retomada do crescimento: regulação, intervenção e investimento público nos Estados Unidos (1929-1939).* Revista HEERA, p. 14–39, 2007.

BORÇA JUNIOR, Gilberto Rodrigues; TORRES FILHO, Ernani Teixeira. Analisando a crise do subprime. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 129–159, dez. 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos et al. The 2008 financial crisis. *Brazilian Journal of Political Economy*, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 133–149, 2009. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/bjpe/article/view/95642. Acesso em: 22 jan. 2026.

CANUTO, Lívia Teixeira; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. *Psicologia em Revista*, v. 26, n. 1, p. 83–102, 2020.

CIOCCA, Pierluigi. 1929 e 2009: duas crises comensuráveis? *Estudos Avançados*, v. 23, n. 66, p. 81–89, 2009.

COGGIOLA, Osvaldo. *A crise de 1929 e a Grande Depressão.* São Paulo: Editora Unesp, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/download/34940042/OC_A_crise_de_1929.pdf. Acesso em: 29 dez. 2025.

COSTA, Paulo Dias. *A soberania dos EUA perante as crises internacionais: um estudo comparativo entre as crises de 1929 e 2008.* 2011.

DATHEIN, Ricardo. Sistema monetário internacional e globalização financeira nos sessenta anos de Bretton Woods. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 51–73, 2005. Disponível em: https://geovest.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/04/sistema-monetc3a1rio-internacional-e-globalizac3a7c3a3o-financeira-nos-sessenta-anos-de-bretten-woods.pdf. Acesso em: 12 fev. 2026.

GUERRA, Maria Pia. Constitucionalismo no New Deal. *Observatório da Jurisdição Constitucional*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/observatorio/article/view/530. Acesso em: 2 jan. 2026.

HERBST, Kharen Kelm; ALVES, Giovani Lofrano. Efeitos extraterritoriais da Lei Dodd-Frank: globalização, jurisdição e harmonização legislativa. *Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário*, v. 11, n. 2, p. 152–171, jul./dez. 2016. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rdiet/article/download/7468/4915. Acesso em: 15 fev. 2026.

LEITE, V.; REIS, M. O Acordo de Capitais de Basileia III: mais do mesmo? *Economia*, v. 14, n. 1, p. 159–187, 2013. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol14/vol14n1p159_187.pdf. Acesso em: 22 fev. 2026.

MACIEL, Leandro dos Santos; SILVEIRA, Rodrigo Lanna Franco da. Impacto dos contratos futuros do Ibovespa na volatilidade dos índices de ações no Brasil: uma análise na crise do subprime. *Estudos*

Econômicos (São Paulo), São Paulo, v. 48, n. 3, p. 445–472, jul./set. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ee/a/XrqCN4x7RvNkfD6Mf4frThn/. Acesso em: 2 fev. 2026.

MAZZUCCHELLI, Frederico. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. *Novos Estudos CEBRAP*, p. 57–66, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/Tn53n6xsSgDmhbB3cFgL6Bh/?lang=pt&format=html. Acesso em: 15 fev. 2026.

MELLO, Guilherme Santos. Análise crítica do papel das inovações financeiras na crise do subprime. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 3, p. 825–851, set./dez. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ecos/a/jDBHfGkdmGGbYyc8Xm8hy4s/. Acesso em: 2 fev. 2026.

NASCIMENTO, Vitória Caldas do et al. *Implementação do Acordo de Basileia III por instituições financeiras brasileiras: análise da relação entre nível de divulgação e classificação de crédito.* 2023. Disponível em: http://tede.fecap.br:8080/bitstream/123456789/1098/1/VIT%C3%93RIA%20CALDAS%20DO%20NASCIMENTO.pdf. Acesso em: 19 fev. 2026.

NOGUEIRA RODRIGUES DOS SANTOS, Thiago José. O conteúdo da crise cíclica de superprodução de capital. *Pesquisa & Debate: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, [S. l.], v. 34, n. 1(61), p. 101–122, 2022. DOI: 10.23925/1806-9029.v34i1e60239. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/60239. Acesso em: 1 mar. 2026.

ONELLO, I. *No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo.* São Paulo: Boitempo, 2021. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=Uhy-EAAAQBAJ. Acesso em: 10 jan. 2026.

RIPPEL, Ricardo; RIPPEL, Valderice Cecília Limberger. Considerações a respeito das origens, dos acontecimentos e das consequências da crise econômica mundial atual. *Informe Gepec*, v. 12, n. 2, p. 6–27, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/download/82650204/1761.pdf. Acesso em: 22 fev. 2026.

SILVA, D. N. Crise de 1929. *Brasil Escola*. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiag/crise29.htm. Acesso em: 29 dez. 2025.

SILVA, Thiago Silveira da. *A crise de 1929 e a crise do subprime: uma análise comparativa da economia dos Estados Unidos.* 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/187583. Acesso em: 11 jan. 2026.

THOMÉ, C.; ROSSINI, N. Subprime: a primeira crise mundial do século XXI. In: ROTTA, E.; LOPES, H. C.; ROSSINI, N. (org.). *O modelo de desenvolvimento brasileiro das primeiras décadas do século XXI: aportes para o debate.* Chapecó: Editora UFFS, 2018. p. 208–228. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9788564905832.0009

DE ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Carneiro. A teoria marxista das crises cíclicas de superprodução: uma modificação da interpretação Mendonça-Ribeiro. **Revista Marx e o Marxismo–Revista do**

NIEP-Marx, v. 7, n. 12, p. 90-113, 2019. Disponível em: https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/277/256 Acesso em: 20 de Mar. 2026.

STREECK, Wolfgang. *Crises and the structural problems of capitalist democracies*. **Revista Econômica**, São Paulo, v. X, n. Y, p. 1–20, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/C7TPzqZKQCHQ5YbXCyJGp6b/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 20 mar. 2026.

DA SILVA, EDSON MENDONÇA. O CONTEÚDO E A CAUSA DAS CRISES CÍCLICAS DO CAPITALISMO: UM ESTUDO A PARTIR DO DEBATE MARXISTA. Disponivel em: https://www.academia.edu/download/52710603/tcc_final_1305_3.pdf Acesso em: 21 de Mar. 2026.